



Qualis A1 - Direito CAPES

Apresentação

Setembro 2023

Setembro anuncia os últimos meses do ano e nesse presságio de primavera apresentamos o terceiro número de 2023 da revista *Direito e Praxis*, Vol. 14, N. 3, 2023. Apresentamos, como sempre, nossa seção de artigos inéditos, um dossiê primoroso, resenhas e traduções.

A seção geral dessa edição se inicia com um artigo de ponta trazendo uma pesquisa na intersecção dos estudos sobre os povos indígenas e os direitos das crianças indígenas, passa por trabalhos abordando teorias críticas da filosofia e filosofia do direito e também discute participação social no planejamento urbano, audiências públicas no Supremo Tribunal Federal, descolonização e direito das minorias, além de trabalhismo e neoliberalismo.

O dossiê de setembro também oferece contribuições inovadoras. Com oito artigos inéditos, essa seção especial aborda um tema ainda muito pouco explorado no campo jurídico brasileiro, o “direito da antidiscriminação”. Os editores do dossiê, professores Roger Raupp Rios, Daniel Borrillo e Lawrence Estivalet de Mello organizaram uma seleção primorosa de trabalhos sob o título geral “A construção técnico-jurídica do direito da antidiscriminação: contribuições para o desenvolvimento de seus conceitos, técnicas e categorias normativas”, reunindo contribuições de uma chamada de artigos muito frutífera. Ainda como parte do dossiê, contamos com a tradução do trabalho de Sandra Fredman, “Igualdade Substantiva Revisitada”, que também compõe o dossiê a



Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro, Vol. 14, N. 3, 2023, p.i-xiii

Revista *Direito e Praxis*, Roger Raupp Rios, Daniel Borrillo e Lawrence Estivalet de Mello

DOI: 10.1590/2179-8966/2023/78265 | ISSN: 2179-8966

partir da seção de traduções. Agradecemos o esforço dos editores e o rigor na seleção dos trabalhos!

Por fim, nas demais seções de traduções e resenhas, apresentamos trabalhos nos campos do materialismo jurídico e estatística e crítica social, além de resenhas nos campos da criminologia e pensamento descolonial. Como sempre agradecemos a todas e todos que contribuíram para mais essa edição da Revista: autoras e autores, tradutoras e tradutores, editores convidados. O trabalho colaborativo é fundamental para a qualidade da Revista da nossa publicação! Relembramos que as políticas editoriais para as diferentes seções da Revista podem ser acessadas em nossa página e que as submissões são permanentes e sempre bem-vindas! Agradecemos, como sempre, às autoras e aos autores, avaliadoras e avaliadores e colaboradoras e colaboradores pela confiança depositada na *Direito e Práxis*.

Boa Leitura!

Equipe **Direito e Práxis**



A atualidade das lutas por igualdade e o direito da antidiscriminação

Roger Raupp Rios¹

¹Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil; Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, Brasília, Distrito Federal, Brasil. E-mail: roger.raupp.rios@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5105-3861>.

Daniel Borrillo²

²Universidade de Paris Nanterre, Nanterre, Paris, França. E-mail: borrillo@parisnanterre.fr. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-16983588>.

Lawrence Estivalet de Mello³

³Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: lawrence.emello@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2882-4883>.

Em diversos campos e frentes espalham-se lutas pela construção de sociedades justas e igualitárias. Graças à contestação, por tantos movimentos sociais, de discriminações de variada ordem, registram-se conquistas significativas, como testemunham, dentre outras, o desmantelamento de regimes de segregação racial, a promulgação de instrumentos jurídicos internacionais antidiscriminatórios e o reconhecimento de direitos de indivíduos e grupos historicamente discriminados. Essa trajetória, marcada por desafios renovados, não só permanece aberta, como é cada vez mais confrontada pelo dramático acirramento das desigualdades, pela profusão das políticas do ódio e da inimizade, pelos ataques à democracia e pelo recrudescimento de manifestações de discriminação.

Dentre os múltiplos saberes, experiências e práticas acionados nesta caminhada, encontra-se o direito da antidiscriminação, compreendido como área da prática e do conhecimento jurídico especializados visando à concretização do direito de igualdade. Em seu desenvolvimento, a compreensão dos respectivos marcos jurídicos, conceitos, categorias e princípios requer consolidação e aprofundamento, como apontam as questões técnico-jurídicas suscitadas pelas normas constitucionais e legais



relativas à igualdade, as querelas sobre a aplicação das convenções internacionais e interamericanas contra várias formas de discriminação, os embates nas atividades jurisprudencial e legislativa e a crescente literatura jurídica especializada.

Como ocorre em todos os campos do conhecimento e da prática jurídica, a contextualização, análise, compreensão e crítica do direito da antidiscriminação requerem o afluxo de várias perspectivas, disciplinas e abordagens: história, filosofia e ciências sociais, dentre outros saberes, têm sido e não podem ser ignorados nessa tarefa. Para este propósito, este periódico, ao lado dos esforços de tantos outros, busca também contribuir.

Para a composição do dossiê, a Revista Direito & Práxis realizou chamada pública, que foi respondida por mais de 90 pesquisadores(as) de todo o país e demonstrou o vigor coletivo da produção acadêmica antidiscriminatória no Brasil. Os artigos selecionados e publicados no dossiê expressam a riqueza e a pluralidade das lutas por igualdade no campo do direito, com repercussões no campo da teoria social e em diferentes áreas do saber jurídico, como direito constitucional, direito do trabalho, direito previdenciário, direito empresarial, direitos LGBTI+ e direito internacional.

O artigo de **Roger Raupp Rios e Lawrence Estivalet de Mello [A OFENSIVA NEOLIBERAL AO DIREITO DA ANTIDISCRIMINAÇÃO: a expansão da liberdade protegida no Supremo Tribunal Federal e na Suprema Corte dos EUA]** é dedicado à análise da gramática de direitos na perspectiva neoliberal, na sua crescente mercantilização e descartabilidade do humano, conjugada com a valorização do sujeito como instância pessoal protegida, instrumental teórico mobilizado para examinar a ofensiva anti-igualitária consubstanciada em respostas jurisprudenciais emblemáticas da Suprema Corte dos Estados Unidos (o caso “303 Creative LLC vs. Elenis”, de 2023) e do Supremo Tribunal Federal (casos envolvendo a legislação “Escola Sem Partido/Escola Livre”, 2018-2020). O texto propõe a compreensão de aproximações e disparidades entre neoliberalismo e neoconservadorismo, bem como entre as respostas judiciais ao neoconservadorismo nos dois países. Comparam-se as investidas contra a liberdade de cátedra, no Brasil, e o julgado que amplia a liberdade empresarial, para permitir o direito à discriminação LGBTfóbica na oferta de serviços, nos Estados Unidos.

O artigo de **Thiago de Souza Amparo, Fernanda Reis Nunes Pereira e Odara Gonzaga de Andrade [CAPITALISMO ANTIDISCRIMINATÓRIO?: bolsa de valores e**



governança da diversidade] apresenta singular estudo sobre o papel do direito antidiscriminatório no setor privado, em particular no mercado financeiro. Ao se perguntar sobre a relação entre sociedades empresárias, racismo estrutural e atores de investimento na proteção a violações discriminatórias, o texto analisa a política de diversidade para empresas de capital aberto proposta pela bolsa de valores brasileira e, após, discute a hipótese de que a “governança da diversidade” é característica do momento do neoliberalismo, com resgate de aspectos da teoria crítica do direito. O texto se propõe a trazer o direito antidiscriminatório ao centro do debate dos estudos do direito privado, enfatizando como a governança da diversidade se coloca em um pêndulo entre democracia e avanços autoritários do neoliberalismo.

O artigo de **Adilson José Moreira, Gabriela Doll Martinelli, Helena de Araújo Bento e Rafaella Pavanello Palmieri [Discriminação estética]** problematiza a discriminação estética no mundo corporativo, como as normas institucionais oficiais e informais que resultam em demissão discriminatória ou que estabelecem padrão visual na contratação e na promoção de trabalhadores e trabalhadoras. A utilização da aparência como critério de julgamento da capacidade profissional dos indivíduos, como mostram o estudo de sessenta acórdãos brasileiros e a jurisprudência estadunidense e australiana, é procedimento que afeta de forma negativa uma quantidade significativa de pessoas, especialmente mulheres e membros de grupos raciais subalternizados.

O artigo de **Fernando Cesar Mendes Barbosa e José Antônio Peres Gediel [Sujeito de direito migrante: igualdade e discriminação]** examina discriminações encontráveis no Direito e nas práticas institucionais no que tange os migrantes, solicitantes de refúgio e refugiados, no Brasil, com exame empírico, bibliográfico e normativo. O parâmetro da análise se localiza na negação do exercício da cidadania decorrente da privação de direitos políticos e na dificuldade que migrantes e refugiados encontram em ter reconhecida sua formação profissional universitária obtida em outro país. Os processos de precarização do trabalho são intensificados pela condição migratória irregular, pela obscuridade procedimental da revalidação de diplomas estrangeiros e pelas latentes fronteiras da raça, do gênero, da língua e da nacionalidade, que contribuem para posicionar o subemprego como lugar de discriminação de migrantes.



O artigo de **Francine Oliveira, Renata Dutra e Valdemiro Santos Junior [POR UMA INSERÇÃO ANTIDISCRIMINATÓRIA DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS REMUNERADAS NA PREVIDÊNCIA SOCIAL]** discute a tutela previdenciária do trabalho doméstico remunerado a partir da perspectiva do direito antidiscriminatório. Considerando que esse segmento laboral é sobrerrepresentado pela comunidade negra feminina e que a condição de filiação previdenciária estabelecida legalmente repercute os efeitos da precarização geral e posicional desse grupo no mundo do trabalho, analisam-se criticamente os efeitos dos filtros previdenciários como elementos de reafirmação de desigualdades estruturantes, que culminam em efeitos espoliativos consistentes com a ideia de genocídio da população negra.

O artigo de **Marcelo Maciel Ramos e Pedro Augusto Gravatá Nicoli [Existe um direito legislado da antidiscriminação para pessoas LGBTQIA+ no Brasil hoje?]** realiza vigoroso levantamento normativo, nos estados e municípios, para identificar e analisar as principais normas que tratam, de modo direto ou indireto, da discriminação lgbtfóbica. O primeiro movimento do artigo é desenhar um mapa da legislação, a partir das disputas da regulação dos direitos LGBTI+ em projetos de lei, da escassa legislação federal e da amplitude e solidez do direito antidiscriminatório para pessoas LGBTI+ nos estados e municípios. Como mostram os autores, 83% (oitenta e três por cento) da população brasileira vive em estados cujas constituições ou leis estaduais proíbem expressamente a discriminação de pessoas LGBTI+. A seguir, em exercício analítico combinado com pesquisa teórica interdisciplinar, os autores situam o mapa e apresentam dimensões dos direitos LGBTI+, quais sejam, exigibilidade, interdependência e progressividade social.

O artigo de **Daniel Borrillo [Persona sexum non habet: Como conciliar os direitos das mulheres e os direitos das pessoas não binárias?]** descreve alterações da disciplina legal e do entendimento jurisprudencial dos contornos da noção de gênero no direito antidiscriminatório, a partir do exame da matéria nos tribunais da Dinamarca, Malta, Irlanda e Noruega. Nesses documentos jurídicos, a categoria gênero é entendida como uma experiência de caráter íntimo, vivenciado a partir das subjetividades individualizadas. Os entendimentos calcados em uma padronização comportamental cisheternormativa passam, assim, a ser revisitados, o que permite articular e conciliar



direitos das mulheres e direitos das pessoas não binárias, em consonância com o aspecto material do princípio da igualdade.

O artigo de **Paulo Gilberto Cogo Leivas, Alice Hertzog Resadori, Amanda de Almeida Schiavon, Aline Aver Vanin, Amiel Modesto Vieira, Thiago Souza Reis e Paula Sandrine Machado [Intersexualidade e o tensionamento do critério proibido de discriminação sexo]** discute o padrão corporal que historicamente constitui o campo jurídico (binário, cisgênero, endossexo), que exclui corpos que não se enquadram nessa norma, como é o caso da intersexualidade. Por conta disso, pessoas intersexo sofrem discriminação e têm os seus direitos violados por procedimentos cirúrgicos e hormonais precoces e cosméticos, ainda na infância. O texto discute como a intersexualidade tensiona o conteúdo jurídico do critério proibido de discriminação sexo, contribuindo para o seu alargamento, por meio de revisão bibliográfica e de exame legislação nacional e internacional sobre o conteúdo do critério proibido de discriminação sexo, considerando a necessidade de proteção antidiscriminatória das pessoas intersexo.

Este instigante conjunto de artigos, bastante diverso em abordagens, objetos e metodologias de análise, contribui para o conhecimento, a divulgação e a consolidação do direito da antidiscriminação entre nós. Fruto do engajamento e interesse de tantos quantos generosamente enviaram suas propostas de artigos e tornado realidade pela reconhecida Revista Direito & Práxis, são aqui oferecidos à leitura e ao debate, em ambiente aberto, artigos de autores brasileiros e estrangeiros, cuja amplitude, apesar de significativa, está sempre muito longe de esgotar os desafios com que o direito da antidiscriminação e as lutas por igualdade se defrontam.

Referências bibliográficas

AMPARO, Thiago de Souza; PEREIRA, Fernanda Reis Nunes; ANDRADE, Odara Gonzaga de. CAPITALISMO ANTIDISCRIMINATÓRIO?: bolsa de valores e governança da diversidade. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, Vol. 14, N. 3, 2023.

BARBOSA, Fernando Cesar Mendes; GEDIEL, José Antônio Peres. Sujeito de direito migrante: igualdade e discriminação. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, Vol. 14, N. 3, 2023.



BORRILLO, Daniel Borrillo. *Persona sexum non habet: Como conciliar os direitos das mulheres e os direitos das pessoas não binárias?*. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, Vol. 14, N. 3, 2023.

LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo; RESADORI, Alice Hertzog; SCHIAVON, Amanda de Almeida; VANIN, Aline Aver; VIEIRA, Amiel Modesto; REIS, Thiago Souza; MACHADO, Paula Sandrine. *Intersexualidade e o tensionamento do critério proibido de discriminação sexo*. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, Vol. 14, N. 3, 2023.

MOREIRA, Adilson José; MARTINELLI, Gabriela Doll; BENTO, Helena de Araújo; PALMIERI, Rafaella Pavanello. *Discriminação estética*. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, Vol. 14, N. 3, 2023.

OLIVEIRA, Francine; DUTRA, Renata Queiroz; SANTOS JUNIOR, Valdemiro. *POR UMA INSERÇÃO ANTIDISCRIMINATÓRIA DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS REMUNERADAS NA PREVIDÊNCIA SOCIAL*. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, Vol. 14, N. 3, 2023.

RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. *Existe um direito legislado da antidiscriminação para pessoas LGBTQIA+ no Brasil hoje?*. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, Vol. 14, N. 3, 2023.

RIOS, Roger Raupp; MELLO, Lawrence Estivalet de. *A OFENSIVA NEOLIBERAL AO DIREITO DA ANTIDISCRIMINAÇÃO: a expansão da liberdade protegida no Supremo Tribunal Federal e na Suprema Corte dos EUA*. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, Vol. 14, N. 3, 2023, p. 1874-1903.



Expediente desta edição

Editores

Dr. José Ricardo Cunha, UERJ, Brasil

Dra. Dra. Carolina Alves Vestena, Universität Kassel, Alemanha

Editora executiva

Dra. Bruna Mariz Bataglia Ferreira, UERJ, Brasil

Comissão Executiva

Maria Luiza Milagres, UERJ, Brasil

Laryssa P. Duarte, UERJ, Brasil

Conselho Editorial

Dra. Ágnes Heller, New School for Social Research, EUA

Dr. Andreas Fischer-Lescano, Universität Bremen, Alemanha

Dr. Alexandre Garrido da Silva, Universidade de Uberlândia, Brasil

Dr. Alfredo Culleton, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Dr. Andrés Botero Bernal, Universidad Industrial de Santander, Colômbia

Dra. Bethania Assy, UERJ, Brasil

Dra. Cecília MacDowell Santos, Universidade de São Francisco, USA; Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal

Dr. Costas Douzinas, Birckbeck University of London, Reino Unido

Dra. Deisy Ventura, Universidade de São Paulo, Brasil

Dr. Girolamo Domenico Treccani, Universidade Federal do Pará, Brasil

Dr. Guilherme Leite Gonçalves, UERJ, Brasil

Dr. Jean-François Y. Deluchey, Universidade Federal do Pará, Brasil

Dr. João Maurício Adeodato, UFPE e Faculdade de Direito de Vitória, Brasil

Dr. James Ingram, MacMaster University, Canadá

Dr. Luigi Pastore, Università degli Studi "Aldo Moro" di Bari, Itália



Dr. **Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira**, UFMG, Brasil

Dr. **Paulo Abrão**, PUC-Rs e UCB, Brasília, Brasil

Dra. **Rosa Maria Zaia Borges**, PUC-RS, Brasil

Dra. **Sara Dellantonio**, Università degli Studi di Trento, Itália

Dra. **Sonia Arribas**, ICREA - Univesidade Pompeu Fabra de Barcelona, Espanha

Dra. **Sonja Buckel**, Kassel Universität, Alemanha

Dra. **Véronique Champeil-Desplats**, Université de Paris Ouest-Nanterre, França

Avaliadores

Adamo Dias Alves, UFJF, Brasil; **Allan Mohamad Hillani**, UERJ, Brasil; **Dr. Alejandro Manzo**, Universidade de Córdoba, Argentina; **Alexandra Bechtum**, Universidade de Kassel, Alemanha; **Dr. Alexandre Costa Araújo**, UNB, Brasil; **Dr. Alexandre Mendes**, UERJ, Brasil; **Dr. Alexandre Veronese**, UNB, Brasil; **Alice Resadori**, UFRGS, Brasil; **Dr. Alvaro Pereira**, USP, Brasil; **Ana Laura Vilela**, UNB, Brasil; **Dra. Ana Carolina Chasin**, UNIFESP, Brasil; **Dra. Ana Lia Vanderlei Almeida**, UFPB, GPLutas - Grupo de Pesquisa Marxismo, Direito e Lutas Sociais, Brasil; **Dra. Ana Paula Antunes Martins**, UnB, Brasil; **Ana Paula Del Vieira Duque**, UNB, Brasil; **Andrea Catalina Leon Amaya**, UFF, Colômbia; **Antonio Dias Oliveira Neto**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Assis da Costa Oliveira**, UFPA, Brasil; **Dra. Bianca Tavorali**, USP, Brasil; **Bruno Cava**, UERJ, Brasil; **Bruno Alberto Paracampo Mileo**, Universidade Federal do Oeste do Pará, Brasil; **Bryan Devos**, FURG, Brasil; **Dra. Camila Baraldi**, USP, Brasil; **Dra. Camila Cardoso de Mello Prando**, UnB, Brasil; **Camila Sailer Rafanhim**, UFP, Brasil; **Dra. Camilla Magalhães**, UnB, Brasil; **Dra. Carolina Costa Ferreira**, IDP, Brasil; **Dra. Carla Benitez Martins**, UFG, Brasil; **Dra. Carolina Medeiros Bahia**, UFSC, Brasil; **Dra. Cecilia Lois (in memoriam)**, UFRJ, Brasil; **Dr. Cesar Baldi**, UnB, Brasil; **Dr. César Mortari Barreira**, Instituto Norberto Bobbio, Brazil; **Dr. Cesar Serbena**, UFPR, Brasil; **Dra. Clarissa Franzoi Dri**, UFSC, Brasil; **Dra. Claudia Roesler**, UNB, Brasil; **Dr. Conrado Hubner Mendes**, USP, São Paulo, Brasil; **Dailor Sartori Junior**, Unisinos, Brasil; **Daniel Capucci Nunes**, UERJ, Brasil; **Danielle Regina Wobeto de Araujo**, UFPR, Brasil; **Dr. Daniel Achutti**, UniLasalle, Brasil; **Dr. David Francisco Lopes Gomes**, UFMG, Brasil; **Dra. Danielle Rached**, Instituto de Relações Internacionais – USP, Brasil; **Dra. Deisemara Turatti Langoski**, Unipampa, Brasil; **Diana Pereira Melo**, UNB, Brasil; **Diego Alberto dos Santos**, UFRGS, Brasil; **Dr. Diego Augusto Diehl**, UNB, Brasil; **Dr. Diego**



Werneck Arguelhes, FGV DIREITO RIO, Brasil; **Dr. Diogo Coutinho**, USP, Brasil; **Dr. Eduardo Magrani**, EIC, Alemanha; **Dr. Eduardo Pazinato**, UFRGS, Brasil; **Dr. Eduardo Pitrez Correa**, FURG, Brasil; **Dr. Eduardo Socha**, USP, Brasil; **Eliseu Raphael Venturi**, UFPR, Brasil; **Eloísa Dias Gonçalves**, Panthéon-Sorbonne, França; **Emília Merlini Giuliani**, PUCRS, Brasil; **Dr. Ezequiel Abásolo**, Universidad Católica Argentina, Argentina; **Dr. Emiliano Maldonado**, UFSC, Brasil; **Dra. Fabiana Luci de Oliveira**, UFSCAR, Brasil; **Dra. Fabiana Severi**, USP, Brasil; **Fábio Balestro Floriano**, UFRGS, Brasil; **Fabiola Fanti**, USP, Brasil; **Fátima Gabriela Soares de Azevedo**, UERJ, Brasil; **Dr. Felipe Gonçalves**, CEBRAP, Brasil; **Dra. Fernanda Vasconcellos**, UFPEL, Brasil; **Dra. Fernanda Frizzo Bragato**, Unisinos, Brasil; **Dra. Fernanda Pradal**, PUC-Rio, Brasil; **Dr. Fernando Fontainha**, IESP/UERJ, Brasil; **Dr. Fernando Maldonado**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Fernando Martins**, UniLavras, Brasil; **Felipo Pereira Bona**, UFPE, Brasil; **Fernando Perazzoli**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dra. Fiammetta Bonfigli**, Universidade Lasalle, Brasil; **Dr. Flávia Carlet**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Flávio Bortolozzi Junior**, Universidade Positivo, Brasil; **Dr. Flávio Prol**, USP, Brasil; **Dr. Flávio Roberto Batista**, USP, Brasil; **Gabriela Cristina Braga Navarro**, Johann Wolfgang Goethe Univertat, Alemanha; **Dr. Gabriel Gualano de Godoy**, UERJ, Brasil; **Gabriel Vicente Riva**, Faculdade Vale do Cricaré, Brasil; **Dra. Giovanna Milano**, UNIFESP, Brasil; **Dr. Giovanne Schiavon**, PUC-PR, Brasil; **Dr. Giscard Farias Agra**, UFPE, Brasil; **Dra. Gisele Mascarelli Salgado**, Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo - FDSBC, Brasil; **Dr. Gladstone Leonel da Silva Júnior**, UNB, Brasil; **Guilherme Cavicchioli Uchimura**, UFPR, Brasil; **Dr. Gustavo Castagna Machado**, UFPEl, Brasil; **Gustavo Capela**, UNB, Brasil; **Dr. Gustavo César Machado Cabral**, UFC, Brasil; **Dr. Gustavo Sampaio de Abreu Ribeiro**, Harvard Law School, USA; **Dr. Gustavo Seferian Scheffer Machado**, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil; **Gustavo Capela**, UNB, Brasil; **Dr. Hector Cury Soares**, UNIPAMPA, Brasil; **Dr. Henrique Botelho Frota**, Centro Universitário Christus, Brasil; **Hugo Belarmino de Moraes**, UFPB, Brasil; **Dr. Hugo Leonardo Santos**, UFAL, Brasil; **Dr. Hugo Pena**, UnB, Brasil; **Dr. Iagê Zendron Miola**, UNIFESP, Brasil; **Ivan Baraldi**, Universidade de Coimbra; **Iran Guerrero Andrade**, Flacso/México, México; **Jailson José Gomes Rocha**, UFPB, Brasil; **Janaína Dantas Germano Gomes**, PUC-CAMPINAS, Brasil; **Jailton Macena**, UFPB, Brasil; **Dra. Izabel Nuñez**, UFF, Brasil; **Dra. Jane Felipe Beltrão**, UFPA, Brasil; **Jeferson Mariano**, Brasil; **Joanna Noronha**, Universidade de Harvard, USA; **Dr. João Andrade Neto**,



Hamburg Universität, Alemanha; **João Emiliano Fortaleza de Aquino**, UECE, Brasil; **Dr. João Paulo Allain Teixeira**, UFPE, Brasil; **Dr. João Paulo Bachur**, IDP, Brasil; **João Telésforo de Medeiros Filho**, UNB, Brasil; **Dr. Jorge Foa Torres**, Universidad Nacional Villa María, Argentina; **Dr. José Carlos Moreira da Silva Filho**, PUCRS, Brasil; **Dr. José Renato Gaziero Cella**, IMED, Brasil; **Dr. José Heder Benatti**, UFPA, Brasil; **Dr. José Humberto de Goés Júnior**, UFG, Brasil; **Dr. José Renato Gaziero Cella**, Faculdade Meridional - IMED, Brasil; **Dr. José Rodrigo Rodriguez**, Unisinos, Brasil; **Dr. Josué Mastrodi**, PUC-Campinas, Brasil; **Judá Leão Lobo**, UFPR, Brasil; **Juliana Cesario Alvim Gomes**, UERJ, Brasil; **Dra. Juliane Bento**, UFRGS, Brasil; **Lara Freire Bezerra de Santanna**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dra. Laura Madrid Sartoretto**, UFRGS, Brasil; **Dr. Leonardo Figueiredo Barbosa**, UNIFESO, Brasil; **Leticia Paes**, Birkbeck, University of London, Inglaterra; **Ligia Fabris Campos**, Humbolt Universität zu Berlin, Alemanha; **Dra. Livia Gimenez**, UNB, Brasil; **Dr. Lucas Machado Fagundes**, UNESC, Brasil; **Dr. Lucas Pizzolatto Konzen**, UFRGS, Brasil; **Lucas e Silva Gomes Pilau**, UFRGS, Brasil; **Dra. Lucero Ibarra Rojas**, Centro de Investigación y Docencia Económicas, México; **Dra. Luciana Reis**, UFU, Brasil; **Dra. Luciana de Oliveira Ramos**, USP, Brasil; **Dra. Luciana Silva Garcia**, IDP, Brasil; **Dr. Luciano Da Ros**, UFRGS, Brasil; **Dr. Luiz Caetano de Salles**, UFU, Brasil; **Dr. Luiz Otávio Ribas**, UERJ, Brasil; **Manuela Abath Valença**, UFPE, Brasil; **Marcela Diorio**, USP, Brasil; **Marcella Alves Mascarenhas Nardelli**, UFJF, Brasil; **Marcelo de Castro Cunha Filho**, USP, Brasil; **Dr. Marcelo Eibs Cafrune**, UNB, Brasil; **Marcelo Mayora**, UFJF, Brasil; **Dr. Marcelo Torelly**, UNB, Brasil; **Marcelo Maciel Ramos**, UFMG, Brasil; **Dr. Mariana Teixeira**, Universidade Livre de Berlim, Alemanha; **Dra. Marília Denardin Budó**, UFRJ, Brasil; **Maria Izabel Guimarães da Costa Vellardo**, PUC-RJ, Brasil; **Marcio Camargo Cunha Filho**, UNB, Brasil; **Dra. Mariana Trotta**, UFSM, Brasil; **Dr. Marxo Alexandre de Souza Serra**, Puc-PR, Brasil; **Dr. Marcos Vinício Chein Feres**, UFJF, Brasil; **Dra. Maria Lúcia Barbosa**, UFPE, Brasil; **Dra. Maria Paula Meneses**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Mariana Anahi Manzo**, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina; **Mariana Chies Santiago Santos**, UFRGS, Brasil; **Dra. Mariana Trotta**, UFRJ, Brasil; **Dra. Mariana Teixeira**, FU-Berlim, Alemanha; **Dra. Melisa Deciancio**, FLACSO, Argentina; **Dra. Marisa N. Fassi**, Università degli Studi di Milano, Itália; **Dra. Maria Cecília Miguez**, CONICET, Argentina. **Dra. Maria Lúcia Barbosa**, UFPE, Brasil. **Dra. Maria Paula Menezes**, Universidade de Coimbra, Portugal. **Dra. Maria Pia Guerra**, UNB, Brasil. **Mariana Chies Santiago Santos**, USP, Brasil. **Mariana G. Valente**,



USP, Brasil. **Mariana Kuhn de Oliveira**, Centro Universitário Ritter dos Reis, Brasil. **Dra. Marta Rodriguez de Assis Machado**, Fundação Getúlio Vargas - Direito GV São Paulo, Brasil; **Mayara de Carvalho Araújo**, UFMG, Brasil; **Mayra Cotta**, The New School for Social Research, USA; **Melissa Deciano**, University of Munster, Argentina; **Dr. Miguel Gualano Godoy**, UFPR, Brasil; **Moniza Rizzini Ansari**; **Mozart Silvano Pereira**, UERJ, Brasil; **Mozart Linhares da Silva**, UNSIC; **Monique Falcão Lima**, UERJ, Brasil; **Dr. Moisés Alves Soares**, UFPR, Brasil; **Nadine Borges**, UFF, Brasil; **Natacha Guala**, Universidade de Coimbra, Portugal; **Dr. Orlando Aragon**, México; **Dr. Orlando Villas Bôas Filho**, USP e Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil; **Dr. Pablo Malheiros Frota**, UFGO, Brasil; **Dr. Pablo Minda**, Universidad Luis Vargas Torres, Equador; **Dr. Pablo Nemiña**, Universidade de Buenos Aires, Argentina; **Dr. Paulo Eduardo Alves da Silva**, USP, Brasil; **Paulo Eduardo Berni**, Universidade Ritter dos Reis, Brasil; **Dr. Paulo MacDonald**, UFRGS, Brasil; **Dr. Paulo Eduardo Alves da Silva**, USP, Brasil; **Pedro Augusto Domingues Miranda Brandão**, UNB, Brasil; **Dr. Pedro de Paula**, São Judas Tadeu, Brasil; **Pedro Pulzatto Peruzzo**, PUC-Campinas, Brasil; **Dr. Philippe Oliveira de Almeida**, UFRJ, Brasil; **Pryscilla Monteiro Joca**, Université de Montréal, Canadá; **Dr. Rafael Lamera Giesta Cabral**, UFRSA, Brasil; **Dr. Rafael Schincariol**, USP, Brasil; **Dr. Rafael Vieira**, UFRJ, Brasil; **Dra. Raffaella Porciuncula Pallamolla**, Universidade Lassalle, Brasil; **Dr. Ramaís de Castro Silveira**, UnB, Brasil; **Dra. Raquel Lima Scalcon**, UFRGS, Brasil; **Renan Bernardi Kalil**, USP, Brasil; **Dr. Renan Quinalha**, USP, Brasil; **Dra. Renata Ribeiro Rolim**, UFPB; **Dr. Renato Cesar Cardoso**, UFMG, Brasil; **Dr. Ricardo Prestes Pazello**, UFPR, Brasil; **Dra. Roberta Baggio**, UFRGS, Brasil; **Dr. Roberto Bueno Pinto**, UFU, Minas Gerais; **Dr. Roberto Efrem Filho**, UFPB, Brasil; **Prof Rodolfo Jacarandá**, Universidade Federal de Rondônia, Brasil; **Rodrigo Faria Gonçalves Iacovini**, USP, Brasil; **Dr. Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo**, PUCRS, Brasil; **Dr. Rodolfo Liberato de Noronha**, UNIRIO, Brasil; **Rodrigo Kreher**, UFRGS, Brasil; **Dr. Roger Raupp Rios**, Uniritter, Brasil; **Dra. Rosa Maria Zaia Borges**, UFU, Brasil. **Dr. Samuel Barbosa**, USP, Brasil; **Dr. Saulo Matos**, UFPA, Brasil; **Dra. Shirley Silveira Andrade**, UFES, Brasil; **Dra. Simone Andrea Schwinn**, UNISC, Brasil; **Simone Schuck Silva**, UNISINOS, Brasil; **Talita Tatiana Dias Rampin**, UNB, Brasil; **Tatyane Guimarães Oliveira**, UFPB, Brasil; **Thiago Arruda**, UFRSA, Brasil; **Dr. Thiago Reis e Souza**, Escola de Direito Fundação Getúlio Vargas - São Paulo, Brasil; **Prof. Dr. Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino**, UFPR, Brasil; **Dr. Thomaz Henrique Junqueira de Andrade Pereira**, Escola de



Direito Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro, Brasil; **Dr. Tiago de Garcia Nunes**, UFPel, Brasil; **Dra. Valéria Pinheiro**, UFPB, Brasil; **Dra. Verônica Gonçalves**, UNB, Brasil; **Dr. Vinícius Gomes Casalino**, PUC-Campinas, Brasil; **Dr. Vinicius Gomes de Vasconcellos**, USP/PUCRS, Brasil; **Dr. Vitor Bartoletti Sartori**, UFMG, Brasil; **Dr. Wagner Felouniuk**, UFRGS, Brasil.

Tradutores que atuaram nessa edição: Juliana Martins de Sá Müller, Felipe Fernando Abreu Ferreira, Natália de Moura Soares, Isabella Tanuy Gonçalves e Attila Ruschi Secchin.

